

Cristiano Wellington Noberto Ramalho **

RESUMO

Este artigo afirma que Marx não negligenciou as relações *sociedade e natureza*. Aliás, as considerou também por meio das categorias *alienação, metabolismo, corpo orgânico e corpo inorgânico*.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza em Marx; Marxismo e Meio Ambiente.

THE NATURE OF NATURE IN MARX

ABSTRACT

This article argues that Marx has not neglected the relations *society and nature*. Moreover, he also considered them by the categories of *disposition, metabolism, organic and inorganic body*.

KEYWORDS: Nature in Marx; Marxism and the Environment.

* Agradeço a leitura atenta e a sugestão do título feita pelo Prof. Dr. Emílio Negreiros (UFS). Contudo, qualquer lacuna analítica presente neste escrito é de minha inteira responsabilidade.

** Doutor em ciências sociais pela UNICAMP. Atualmente é professor (adjunto I) de sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Apresentação

A história é a verdadeira história natural do homem
(Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*).

Karl Marx e Friedrich Engels não foram estudiosos socioambientais. Aliás, na época em que viveram, esse problema sequer estava colocado como hoje está para os pensadores sociais em termos concretos e conceituais. Porém, mesmo sob tal constatação, o tema da natureza não escapou aos seus escritos, já que os referidos autores o relacionavam às reflexões que faziam sobre o processo de produção e reprodução social, a partir de algumas categorias centrais em suas teorias.

Diante disso, este artigo resulta do seguinte pressuposto: quando Marx elaborou as categorias *alienação*, *metabolismo*, *corpos orgânico* e *inorgânico*, ele não desvalorizou as relações sociedade e natureza, pois as analisou, inclusive, como fruto das contradições inerentes ao capitalismo e suas formas de bloqueio à realização humana; aspectos esses que anunciam *a natureza da natureza em Marx* e sua rica atualidade teórico-metodológica, como mostraremos pela articulação entre as categorias aludidas, tendo como eixo central a questão da *alienação*.

Alienação e metabolismo

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Karl Marx escreveu que o ato da alienação humana também se relacionava à natureza (corpos inorgânico e orgânico¹ com quem a sociedade mantém um

¹ Há, aqui, uma distinção de cunho ontológico. O Corpo orgânico ou a natureza inorgânica (ar, minerais, água, terra) não dispõe de elementos para se reproduzirem e a natureza orgânica (plantas, animais) sim, ou seja, esta se reproduz biologicamente. No caso do ser social, há uma distinção ontológica essencial e fundante provocada pelo trabalho, que possibilitou um salto ontológico, uma ruptura com a mera reprodução biológica (a espécie humana é orgânica também) sem negar os vínculos inelimináveis com as naturezas orgânicas e inorgânicas ou corpos inorgânicos e orgânicos (Lukács, 1981; 1978; Netto; Braz, 2008).

processo contínuo para não perecer) em decorrência da organização do trabalho e, ao existir isso, o ser social explicitava a alienação de sua própria atividade vital e fundante, o trabalho. Assim, homens e mulheres alienavam-se individual e genericamente.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano] (Marx, 2004: 84, grifo do autor).

Prosseguindo nessa assertiva, Marx concluiu:

O trabalho estranhado faz, por conseguinte:

3) do *ser genérico do homem* tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana* (Idem: 85, grifos do autor).

Ao desconhecer a natureza inorgânica sobre a qual volta a objetivação de seu pôr teleológico (ideação orientada para atingir certo fim, através do trabalho²), o ser humano nega-se, porque ele é parte do mundo natural, embora se distinga ontologicamente dele por criar e ampliar uma segunda natureza no decorrer da história, um mundo

² Cabe aqui um esclarecimento. Quando Marx apontava o valor da questão teleológica, ligava sua importância ao universo do trabalho, isto é, não o vinculava ao caminhar histórico linear da humanidade. Sobre isso escreveu o próprio Karl Marx n'O 18 Brumário: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, 1997: 21). Desnudando tal aspecto, abordou György Lukács (1969: 10-11): "O processo global da sociedade é um processo causal, que possui suas próprias normatividades. Mesmo quando alguns homens ou grupos de homens conseguem realizar suas finalidades, os resultados produzem, via de regra, algo que é inteiramente diverso daquilo que havia pretendido". Sartre escreveu o seguinte sobre o tema: "Mas se a história me escapa, isso não resulta do fato de que eu não a faço: mas do fato que o outro também a faz" (Sartre, 2002: 75). Sendo assim, o pôr teleológico vincula-se ao trabalho, porém isso não faz com que os resultados oriundos do processo de trabalho sejam plenamente previstos e/ou dominados pelo ser social, visto que a causalidade é algo ineliminável da própria práxis produtiva, na sua insuperável dialética, no próprio movimento do real (Lukács, 1981).

cada vez mais social (moral, política, cultura, ciência, religião, arte, direito, mercadoria) que diminui – sem eliminar - sua dependência do ambiente. Mesmo resultando das relações de produção, a segunda natureza não deixa de incidir sobre elas, constituindo-as e sendo por elas constituída dialeticamente (Lukács, 1979; 1981).

Desconhecer a relação com o mundo combina-se com o processo de negação do ser humano frente à sua atividade vital; e negar seu trabalho é também tornar-se alheio à própria natureza. Emerge daí relações desumanizadas do ser social com ele mesmo e dele para com o meio ambiente. Na visão de Giannotti (1962: 141), o momento de alienação desumanizou o ser social, revelando “[...] a maneira pela qual o homem incorpora a natureza em seu processo de trabalho, ou melhor, como a natureza vem a ser paulatinamente para o homem”. No entender de Marx, “a história mesma é uma parte *efetiva* da *história natural*, do devir da natureza até ao homem” (Ibidem: 112, grifos do autor). Fica evidente que, portanto, “para Marx, a alienação no processo do trabalho, do produto deste e das circunstâncias, está inseparavelmente ligada à alienação de si próprio, de seus semelhantes e da natureza” (Fromm, 1962: 59).

Entrementes, isso assumiu caráter único com a mercantilização da força de trabalho e sua subsunção real pelo modo de produção capitalista. Então, quando o trabalho transformou-se em mercadoria, o fenômeno da alienação ganhou proporções ostensivas, devido à separação do trabalhador ante aos seus meios diretos de vida (instrumentos de trabalho, natureza), da oposição entre capital e trabalho e da extração do trabalho excedente (gerador de mais-valia) daqueles que passaram a ser proprietários apenas da sua força de trabalho, o operário.

Quando começou a trocar sua força de trabalho, sua única mercadoria, por dinheiro pago pelo capitalista, em forma de salário, para que pudesse exercer determinada atividade na fábrica, no campo ou no mar, o trabalhador efetivou uma relação entre coisas, que se desdobrou em sua dependência total frente ao mercado, no intuito de também adquirir produtos para viver (alugar casa, comprar alimentos, roupas, utilizar os meios de transportes, diversão). Aqui, “processa-se uma descaracterização das coisas e não apenas uma redução dos homens a condição de coisas” (Konder, 1965: 111). Então, a natureza e suas potencialidades

de apropriação humana (materiais e imateriais) viraram mercadorias ou foram vistas apenas enquanto obstáculos para realizações lucrativas, como os manguezais são para os carcinicultores³ e a mata atlântica e a terra foram para os senhores de engenho, situação que atingiu camponeses, pescadores e indígenas na forma da acumulação primitiva⁴.

Forjou-se, assim, uma coisificação do mundo, uma reificação das relações sociais, uma fetichização imposta pelo capital, que se apresentou por meio de um conjunto vasto de mediações sociais (lazer, consumo, ideologia, cultura, política, sociabilidade) e da intensa e verticalizada divisão social do trabalho, na clara hierarquização entre capital e trabalho, entre proprietários, planejadores e/ou gerentes frente aos executores da produção. Segundo Antunes (2005: 130), “tem-se, no plano da consciência, a coisificação, a reificação; o trabalho estranhado converte-se num forte obstáculo à busca da omnilateralidade e plenitude do ser”. Na realidade, “a sociedade burguesa é o mundo da inversão, na medida em que o poder social, apesar de ser produzido pelos homens, separa-se deles e os subjugam” (Ranieri, 2001: 23), emergindo como uma potência “independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir” (Marx; Engels, 2007: 38).

Com a crescente expansão do mundo da mercadoria, a relação entre homens, deles com o processo produtivo e a natureza, agudizou-se a ocultação do caráter social do seu trabalho, de sua riqueza

³ Criadores de camarão.

⁴ Classicamente, na origem do capitalismo e da sua dinâmica de expropriação, encontra-se o processo da acumulação primitiva, que Marx (livro 1, vol. 2, 1982: 830) definiu do seguinte modo: “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”. Em relação a esse processo e suas particularidades no caso brasileiro, vale ler os seguintes livros: Martins, José de Souza. O cativo da terra. 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004; Mello, Alex Fiúza. A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: Editora da UFPA, 1985; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

criadora, das relações sociais que lhes dão sentido, ao envolvê-los sob o manto fetichista.

Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos que recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Êsse fetichismo do mundo das mercadorias decorre conforme demonstra a análise precedente, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias (Marx, livro 1, vol. 1, 1982: 81).

Esse processo de fetichização atingiu o pôr teleológico do trabalho e as relações humanas com a natureza, por meio do consumo desenfreado, exploração do trabalho (trabalho excedente) e produção para além das necessidades e possibilidades de uso.

N` *O Capital*, Marx elaborou um conceito importante para se entender a insuprimível relação do ser social com os recursos naturais, o qual chamou de mediação do metabolismo do ser humano com a natureza.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do *metabolismo* entre homem e natureza e, portanto, vida humana (Marx, 1983: 50, grifo meu).

Tal mediação metabólica significa, de um lado, estruturas naturais que governam processos físicos e químicos da natureza e, por outro, formas de organização da produção material e do seu controle decisório, que se apresentam na divisão social do trabalho na sociedade, em épocas distintas, com o objetivo de se apropriarem das potencialidades do ambiente natural e do mundo da produção material da vida. Desse

modo, o trabalho e a sua forma de estruturação tornam-se peças-chave na constituição do processo sociometabólico em sua constante e insofismável troca com a natureza.

O conceito de metabolismo, com suas noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória, permitiu que ele expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as “condições impostas pela natureza” quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo (Foster, 2005: 223, grifos meus).

Em *Contribuição à crítica da economia política* - texto de 1859 -, Marx caracterizou a centralidade do trabalho ao escrever que “[...] o trabalho é a condição natural do gênero humano, a condição – independentemente de qualquer forma social – *da troca de substância entre o homem e a natureza*” (Marx, 2003: 22, grifos meus).

Como aspecto do desenvolvimento histórico, a posição teleológica primária do trabalho (metabolismo direto do ser social com a natureza) passa a ser determinada pelo pôr teleológico secundário, a ampliação da segunda natureza. Todavia, no capitalismo, os valores contidos na teleologia secundária expressam relações de classe e suas formas de cooperação e de exploração, que vão interferir nas posições primárias, na qual a finalidade espelha as vontades das classes sociais dominantes.

[...] o modo de manifestação típico da necessidade passa a ser, cada vez mais e nitidamente a depender do caso concreto, aquele de induzir, impelir, coagir etc., os homens a tomarem determinadas decisões teleológicas, ou então de impedir que eles o façam (Lukács, 1978: 10).

Ao desconhecer seu trabalho - fruto do fetichismo oriundo do mundo da mercadoria e da ideologia do capital -, o ser humano colocou também sob dinâmicas fetichistas seu metabolismo com os recursos naturais, ao ver-se, por um lado, apartado da natureza inorgânica e orgânica e, por outro, por compreender, sentir e valorizar, em várias situações, o meio ambiente como uma mercadoria capaz de gerar renda, lucro (florestas, terra, pescado, água, minério, etc.), fato que incidiu diretamente sobre o pôr teleológico e levou a superexploração dos recursos ecológicos.

Assim, a natureza ou muitas de suas propriedades, que eram antes apenas reguladas pelo valor de uso, foram subordinadas ao ritmo do valor de troca, quando foi possível ao capital fazê-lo a partir de suas forças produtivas (a exemplo da privatização de áreas do mar para a criação de pescados em fazendas marinhas, como vem acontecendo no Brasil).

István Mészáros caracterizou o capitalismo de *ordem de reprodução sociometabólica do capital*, que ganhou proporções devastadoras social e ambientalmente em decorrência de sua produção e consumo incontroláveis mundialmente. O valor principal do capital é o de sua própria reprodutibilidade, cuja necessidade de ampliação, de caráter totalizante, vem levando aos limites do esgotamento total a natureza e as condições da existência humana, nas mais diversas regiões do planeta, ou seja,

A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior (Mészáros, 2002: 253).

Isso interfere diretamente na constituição do pôr teleológico, que clarifica a plenitude da ordem sociometabólica do capital, na qual a ciência colaborou (e colabora) decisivamente para retirar o controle decisório daqueles que trabalham e atuam diretamente no mundo da produção material, no campo ou na cidade, objetivando intensificar e salvaguardar os interesses capitalistas.

A passagem abaixo ilustra bem a presença desse fenômeno destrutivo, em termos socioambientais.

As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom, por causa do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, da deterioração das águas subterrâneas, da tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, da exploração e da destruição dos recursos das florestas tropicais etc. Graças à subserviência alienada da ciência e da tecnologia às estratégias do

lucrativo *marketing* global, hoje as frutas exóticas estão disponíveis durante o ano inteiro em todas as regiões – é claro, para quem tem dinheiro para comprá-las, não para quem as produz sob o domínio de meia dúzia de corporações transnacionais. Isso acontece contra o pano de fundo de práticas irresponsáveis na produção, que todos nós observamos impotentes. Os custos envolvidos não deixam de colocar em risco – unicamente pela maximização do lucro – as futuras colheitas de batata e safras de arroz. Hoje, o “avanço de métodos de produção” já coloca em risco o escasso alimento básico dos que são compelidos a trabalhar para as “safras de exportação” e passam fome para manter a saúde de uma economia “globalizada” paralisante (Mészáros, Idem: 255).

Sobre isso, Marx revelou sua grande atualidade:

E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do progresso social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, livro 1, Vol. 1, 1982: 578-579).

Fenômeno similar explicita-se na aqüicultura (criação de organismos aquáticos em cativeiro – moluscos, peixes, camarões, algas) e nas suas formas de dominação social manifestadas na concentração de capital, expropriação sócio-territorial das comunidades pesqueiras e na exploração intensa e instrumental da natureza, as quais se apresentam no pôr teleológico e no metabolismo *quimificado* dessa atividade com a natureza, contando com o servil e essencial apoio científico.

O desenvolvimento da aqüicultura tem gerado um consumo acentuado de drogas terapêuticas. Apesar da dificuldade de se obter dados reais de consumo em muitos países, na Noruega foi comprovado o uso de 50 toneladas de antibióticos só em 1990. Esta quantidade foi aproximadamente o dobro da utilizada pela medicina humana nesse

país. [...] O tratamento terapêutico dos organismos de cultivo com drogas resulta na liberação de grandes quantidades de substâncias ativas e de seus metabolitos para dentro do habitat aquático. Este fator, em conjunto com os resíduos orgânicos dos peixes e camarões de cultivo, agrava os quadros de poluição. Os antimicrobianos acumulam-se na fauna aquática (peixes e invertebrados) que circundam as fazendas de cultivo e podem chegar a apresentar concentrações acima dos valores aceitáveis destas substâncias. Por outro lado, estas substâncias podem ser encontradas nos sedimentos marinhos e, dependendo de sua natureza, podem ser metabolizadas ou podem persistir por longos períodos (Arana, 1999: 71).

Com o modelo aquícola vigente (de capital extensivo e intensivo), provoca-se um empobrecimento da biodiversidade e a quebra da riqueza de alimentos plurais anteriormente encontrados localmente, que se juntam à qualidade *quimificada* dos pescados monocultivados pelas fazendas, graças aos processos industriais nelas presentes. Ademais, aliando-se a isso, há a transformação dos pescadores, antes produtores autônomos, em fiscais de gaiolas e tanques das fazendas de camarão. Assim, “mais do que fiscal, tem-se, agora, um proletário das águas” (Valencio, 2007: 85).

No capitalismo, a exploração de classe vincula-se à da natureza, já que a efetivação de uma não sobreviveria sem a outra, bem como a existência da alienação.

Esta associação direta entre a exploração do proletariado e a da natureza, a despeito de seus limites, abre um campo de reflexão sobre a articulação entre luta de classes e a luta em defesa do meio ambiente, em um combate comum contra a dominação do proletariado (Löwy, 2004: 97).

A alienação também é ocasionada pelo fracionamento do trabalho, através da divisão social do mesmo, cujo comando (o pôr teleológico) parte de fora, e assume situação extrema na separação do produtor direto frente aos seus meios de produção e ao produto final de sua atividade. Nesse fracionamento e abolição do controle dos seus meios de

produção, o trabalhador assalariado perdeu o comando de todo saber-fazer do ato produtivo, que foi deslocado para a máquina e definido pelo planejamento feito extrinsecamente por outrem com objetivos apenas mercantis, numa clara divisão e conflito – às vezes explícitos – entre capital e trabalho (basta lembrar dos modelos fordista, taylorista, toyotista e o da acumulação flexível; da subsunção do trabalho vivo pelo morto). Ao realizar sua hegemonia, o capital produziu um trabalhador (o operário) que passou a ter apenas uma função parcial que complementava outras parcialidades, objetivando atender ao valor de troca, ao trabalho abstrato.

Por exemplo, em romance datado de 1904 e que recebeu o título de *O lobo do mar*, Jack London narra a história do norueguês Lobo Larsen, capitão do barco escuna *Ghost* destinado à caça de focas no mar do Pacífico, para a indústria de pele na Europa. Ao mesmo instante em que revelava a vida e o comportamento do mencionado capitão, London ofertou dura descrição de um cotidiano marítimo estruturado sob valores da sociedade capitalista, no que ela tem de mais individualista, competitiva e desumana, cuja coloração foi avivada intensamente no micro-mundo da embarcação ilustrado pelo brilhante escritor. Na escuna *Ghost*, o trabalho dos seus tripulantes desnuda os imperativos da existência meramente mercantil, ao voltar-se, segundo o personagem Humphrey Van Weyden, para “uma sórdida existência, a caçar focas para alimento da vaidade das damas que lhes vestem a pele” (London, 2001: 93), na qual “a insensibilidade daqueles homens, aos quais a organização industrial entrega a vida de outros homens, era espantosa” (Idem: 62).

Isolado dos seus meios de vida (natureza e instrumentos de trabalho), do produto da sua atividade e subordinado ao valor de troca, o trabalhador apartou-se, em grande parte das situações, de relações mais humanizadas no seu ato produtivo.

O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de um “fundo de consumo” prévio ao trabalho – de

pende de vender sua força de trabalho para comer -; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora (Foladori, 2001: 108).

Mesmo não sendo assalariados devido às mediações particulares, o cotidiano de alguns pescadores do município de Itapissuma, litoral norte de Pernambuco, especialmente pelo fato desses trabalhadores não deterem os instrumentos de trabalho, reflete a dinâmica mercantil e suas imposições valorativas alienadas no *como* e no *por que* pescar; fenômeno constatado empiricamente por Lima e Quinamo (2000):

Por um lado, a maneira como se dá a subordinação dos pescadores em geral, com relação aos proprietários de embarcações e armadilhas, praticamente tira daqueles todo poder de decisão quanto às características dos equipamentos e técnicas de pesca utilizadas, como, por exemplo, tamanho da malha da rede e tipo de pescaria, se de cerco, de camboa, de arrasto etc. Por outro lado, limita acentuadamente a capacidade de ganho financeiro do pescador, por volume de pescado, induzindo-o ao recurso de práticas predatórias – como o uso exaustivo de rede de malha fina e a pesca de camarão na época do defeso, por exemplo -, “para salvar o dia-a-dia” [...] (Idem: 205).

Sendo assim, até quando vários grupos campesinos e pescadores são proprietários dos seus instrumentos de trabalho, isso não os torna imunes, em muitas situações, à força do capital, visto que em seu pôr teleológico e suas alternativas recebem decisivas influências da supremacia do modo de vida capitalista, de seu poder fetichista e/ou de suas imposições decorrentes da estrutura de comércio, da integração vertical da produção (as relações da empresa Sadia com os agricultores familiares no sul do Brasil e da Netuno Pescados com os pequenos aquicultores em Pernambuco são emblemáticas nesse aspecto) e dos tipos de financiamentos públicos que favorecem hierarquias sócio-econômicas, com pacotes tecnológicos controlados por indústrias e empresas privadas; aspectos esses que reverberam

no metabolismo societário dessas frações de classes com a natureza, levando-os à alienação e ao declínio de suas autonomias.

Internacionalmente estudiosos constataram:

Passo a passo o agricultor é submetido, há trinta anos na Europa (e muito antes nos Estados Unidos), a uma nova fase de expropriação. Seu objetivo é a instalação de um imenso dispositivo tecnológico e institucional destinado a pôr fim ao que sempre tinha parecido um processo imutável, isto é, a manutenção do controle dos agricultores sobre suas reservas de sementes. Trata-se de proibir aos agricultores o plantio de parte dos grãos que colhem, tanto pela lei internacional, a da proteção pela Organização Mundial do Comércio (OMC) do patenteamento sobre o vivente, quanto por uma técnica de tansgênese – batizada pela Monsanto pelo nome explícito e já célebre de Terminator -, que permite produzir um grão (e, em breve muitas, outras sementes) estéril, que não pode ser novamente plantado. As conseqüências previsíveis em caso de sucesso do capital financeiro são de uma gravidade incomensurável nos países pobres com grande população camponesa. A menos que haja uma resistência social e política de grande força, o capitalismo terá conseguido alcançar o término de seu processo de expropriação dos produtores e de dominação do vivente. Terá passado da expropriação dos camponeses à expropriação do direito geral dos seres humanos de reproduzir, e em breve de *se* reproduzir, sem empregar técnicas patenteadas, sem pagar um pesado tributo ao industrial e, por detrás, a seus acionistas e às bolsas de valores (Chesnais; Serfati, 2003: 54, grifo dos autores).

Tudo isso interferiu (e interfere) direta e decisivamente no valor que vai se apresentar no saber-fazer produtivo, decorrente do enquadramento dos camponeses e pescadores e suas alternativas, através de seu pôr teleológico, aos “sutis ditames” e a eterna necessidade de reprodução do capital e de seu domínio. O valor que os fazem (camponeses e pescadores) objetivar seu trabalho e forjar suas alternativas, nesse caso, condena-os às vontades alheias resultantes das disputas no mercado, da própria divisão social do trabalho e, portanto, do controle

indireto de seu saber-fazer produtivo ancestral ou pela subsunção total do mesmo, impactando negativamente o meio ambiente.

De modo geral, ao gestar e consolidar essa dinâmica de subordinação na sociedade, seja indireta, seja diretamente pelo assalariamento, o capital limitou o trabalho a uma imposição externa ao ser humano, para que ele conseguisse sobreviver, tornando seu ato produtivo um mal necessário à vida e, por isso, uma atividade não-livre, um peso insuportável. O trabalhador vivencia sua atividade vital como algo extrínseco às suas vontades e, “então, ele se relaciona com ela como atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de outro homem” (Marx, 2004: 87). Esse processo atuou, portanto, na esfera valorativa do pôr teleológico, limitando-a, aprisionando-a, deformando-a e a desumanizando, para que se edificasse a supremacia do capital, sua reprodutibilidade, e apagasse o potencial da sociabilidade do trabalho, reificando e fetichizando as relações sociometabólicas.

3. Alienação, corpo orgânico e corpo inorgânico

O corpo é o momento inicial de aprendizagem e de identidade dos grupos humanos, fato valorizado por uma diversidade de autores. Para Marx (Idem: 112), “a *sensibilidade* tem de ser a base de toda ciência”; segundo Mauss (2003: 407), “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem”; na leitura de Hegel (1996: 133), “a consciência sensível é, no homem, a primeira, a que precede todas as outras”; e para Foucault (1979:151), “é pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas”.

Mesmo generalizando essa certeza, “o corpo do burguês não é o corpo do artesão ou do operário” (Le Goff; Truong, 2006: 30), pescador ou canavieiro. Formas de sociabilidades produzem educações corporais e sensitivas distintas no transcurso do tempo e nas mediações sociais particulares, seja em seus aspectos materiais, seja nos ingredientes simbólicos (Ramalho, 2008). De fato, na visão de Marx, “não só pensar, portanto, mas com *todos* os sentidos o homem

é afirmado no mundo objetivo” (Ibidem: 110, grifo do autor), especialmente pelo trabalho.

A questão da fruição sensível não é simples, na medida em que a vida instrumental e utilitária potencializou deformações das forças humanas (intelectuais e físicas), alienando-as, fato que esterilizou possibilidades de humanização do próprio mundo sensitivo de homens e de mulheres. Nessa vida, o indivíduo em seu trabalho expropriado “mortifica sua physis e arruína seu espírito” (Marx, op. cit: 82-83).

Por um lado, a contemporaneidade produziu riquezas materiais, culturais, científicas, sociais e individuais como nunca na história; mas tudo isso se deu sobre custos humanos terríveis e aumento da degradação ambiental, que atingiram em graus distintos às classes sociais. Desse modo,

A existência sensorial é despida, num nível as necessidades básicas, só para ser extravagantemente inflamada num outro nível. A antítese do escravo assalariado, cegamente biologizado, é o ócio exótico, o parasita em busca de prazeres [...] (Eagleton, 1993: 149).

Assim, a fruição das forças vitais humanas sob a égide da sociedade da mercadoria voltou-se para negar a própria realização do ser humano, ao aprisioná-la em carências e torná-la, em outra ponta, demasiadamente hedonista; retrocedeu a vida, de um lado, à “animalização” e, em contrapartida, espetacularizou a mesma em excessos existenciais frugais; impôs miséria ao mesmo instante que forjou riqueza. Tudo isso acabou tornando-se partes de um mesmo tempo histórico por compor a dinâmica avassaladora do capital e sua reprodutibilidade sobre o trabalho, na sua alienação.

De fato, com a revolução industrial, agudização da desigualdade entre as classes sociais e o acelerado crescimento das cidades européias, Engels - em 1871 - constatou que os piores locais de moradia e os ambientes mais insalubres eram os espaços onde residia a classe operária, situação que a tornava vítima de várias enfermidades.

As ciências naturais modernas provaram que os “bairros sujos”, onde se amontoam os trabalhadores, constituem focos de todas as

epidemias que periodicamente invadem as nossas cidades. Os germes da cólera, do tifo, da febre tifóide, da varíola e de outras doenças devastadoras espalham-se no ar pestilento e nas águas poluídas desses bairros operários [...] (Engels, 1975: 45).

Nota-se que a expansão das forças produtivas provocou em seu caminho de consolidação devastações humanas e naturais mais sentidas pelos setores populares:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligado a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens [...] (Marx; Engels, Idem: 41) ⁵.

Para melhor desvelar tal questão em Marx, vale recuperar as noções de *corpo orgânico* e *inorgânico*.

A primeira diz respeito ao corpo humano (suas funções metabólicas, que precisam da inorgânica para sobreviver porque são partes dela) e a segunda noção refere-se à natureza (suas leis e estruturas físico-biológicas de funcionamento dos ecossistemas, água, solo, etc.). Através da força de trabalho, o corpo humano e seus sentidos mantêm-se em conexão insuperável com o corpo inorgânico mediado pelo trabalho, enquanto elo insofismável da existência humana mesmo que esta se encontre (ou não) sob relações e condições alienadas. Na realidade, “não

⁵ Essa passagem não estaria se contrapondo a um tipo de crítica que tenta associar o pensamento de Marx à noção de que o mesmo seria defensor de um modelo produtivista? Por isso, é essencial resgatar o que escreveu Michael Löwy: “Os ecologistas acusam Marx e Engels de produtivismo. Esta acusação é justificada? Não, na medida em que ninguém denunciou tanto quanto Marx a lógica capitalista de produção pela produção, a acumulação de capital, de riquezas e de mercadorias como um fim em si. A idéia mesma de socialismo – ao contrário de suas miseráveis contrafações burocráticas – é a de uma produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. O objetivo supremo do progresso técnico para Marx não é o crescimento infinito de bens (“o ter”) mas a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (“o ser”) (Löwy, 2005: 23-24).

se pode considerar o ser social independentemente do ser da natureza, como uma antítese que o exclui” (Lukács, 1992: 93).

O processo sociometabólico, a partir das formas de manifestação da vida e de sua (re)produção material, é inerente à existência de homens e mulheres, desnudando o caráter integrado do ser humano com o meio ambiente, com seu corpo inorgânico, seja no aspecto mais imediato do trabalho ou não.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, op. cit.: 84, grifos do autor)⁶.

No passado, as formas de organização societárias não capitalistas tinham na natureza “prolongamentos de seu próprio corpo” (Marx, 1991: 85), extensão inevitável de objetivação do mundo humano subjetivo e da criação sensível do ser social, enquanto manifestação concreta da vida.

Na atual base do processo de exploração e de alheamento, situa-se a mercantilização das relações sociais, em especial o da força de trabalho:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (Marx, Livro 1, Vol. 1, 1982: 187).

Ao trocar suas forças naturais por um salário, o trabalhador coloca suas energias corporais e intelectuais (seu trabalho) a serviço do comprador

⁶ Marx, nesse texto, vai incluir na sua noção de natureza inorgânica (ou corpo inorgânico) também a orgânica, que não está vinculada ao próprio orgânico (constituição biológica) do ser social, isto é, plantas e animais (os seres vivos). Questão que recebeu maior clareza em escritos posteriores, a partir de 3 distinções ontológicas. Acerca dessa distinção ver nota 3.

delas. A mais essencial efetivação humana é consumida no processo de produção pelo capitalista, deixando de pertencer aos produtores diretos para ser do proprietário da empresa que pagou pela utilização e fruição sensível da mesma, como acontece com as máquinas e o produto final da atividade produtiva (a mercadoria). Ademais, nessa venda, explicita-se o que vai ser executado pelo intelecto e o corpo, que funcionam para responder as “sutis” imposições oriundas da previa-ideação do capitalista e resultam num determinado produto final. Aqui, o fazer empobrecido, graças ao trabalho fragmentado e em série, resulta de um saber que nasce asfixiado pelo pôr teleológico alheio, tornando-se meras práticas instrumentais.

Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo (Idem: 412-413).

O trabalho subsumido pelo capital fez com que “as diferentes funções que o indivíduo pode exercer são reduzidas a uma só, ou a algumas. O corpo global do indivíduo se reduz a um corte do próprio corpo” (Fausto, 2002: 116).

Sobre esse fenômeno, Christophe Dejours (1992) afirmou, ao fazer um estudo sobre a psicopatologia do trabalho, que:

A alienação seria, talvez, a etapa necessária e primeira, da qual falamos, a propósito da sujeição do corpo. A organização do trabalho aí aparece como vínculo da vontade de um outro, a tal ponto poderosa que, no fim, o trabalhador se sente habitado por um estranho (Idem: 137).

É equivocado pensar que os usos parciais e mecânicos do corpo sejam aspectos do passado industrial. Atualmente inúmeras pessoas

trabalham em funções de caixas de supermercados, bancos, empresas de telemarketing e/ou tele-atendimento e são vítimas das lesões por esforços repetitivos (Ler), ficando (várias delas) inutilizadas em suas vidas produtivas, situação que já se transformou em um problema de saúde pública. No trabalho do corte da cana-de-açúcar, essa questão deixa de ser “apenas” lesões físicas, para se transformar em perdas de vidas dos canavieiros exauridos pelo esforço sobre-humano a que submetem as energias vitais de seus corpos pela imposição do capital.

Já em alguns empreendimentos aquícolas o uso de produtos químicos revela os impactos danosos sobre o corpo dos assalariados das águas:

[...] as pessoas que manipulam tais antibióticos nas instalações de aquíicultura podem chegar a sofrer conseqüências devido ao contato prolongado com estas substâncias. Um exemplo disso é a anemia aplásica irreversível, provocada pelo cloranfenicol, doença que é fatal em mais de 70% dos casos (Arana, Idem: 71).

Há mais de 1 século Marx concluiu que em grupos nos quais a sociabilidade do capital tornou-se força absoluta, a natureza e o modo de viver de homens e mulheres expressaram os limites dessa supremacia, de um novo e devastador sociometabolismo. Desse modo, a subordinação e o casamento entre a indústria e a agricultura revelam a quebra de antigos metabolismos e a chegada de um novo entre o corpo orgânico e o inorgânico.

A grande indústria e a grande agricultura industrialmente empreendida atuam em conjunto. Se na origem se distinguem porque a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho, a força natural do homem, e a segunda, mais diretamente, a força natural do solo, mais tarde, em seu desenvolvimento, dão-se as mãos: o sistema industrial no campo passa a debilitar também os trabalhadores, e a indústria e o comercio, a proporcionar à agricultura os meios de esgotar a terra (Marx, Livro 3, Vol. 6, 2008: 1071).

No caso de trabalhadores não atingidos pela proletarização, como é a situação dos pescadores artesanais, a dinâmica mercantil fez-se presente da seguinte forma:

A subordinação ao capital ainda leva a outras limitações. Em inúmeras situações, vários pescadores depredam, por exemplo, a natureza, com a utilização de redes de malha fina, com a captura de pescados em fase juvenil e/ou com excesso de extração de pescados, levando à diminuição de espécies, como aconteceu com a lagosta em muitas localidades brasileiras. Porém é interessante notar como isso passa pela auto-exploração do próprio corpo, que se efetiva na crescente subordinação ao mercado (comércios, atravessadores e empresas de pesca) e no aumento de miséria dos pescadores em cidades litorâneas, produzindo um estranhamento do metabolismo inorgânico e orgânico (Ramalho, 2007: 209-210).

As práticas sociais passaram a estabelecer uma atitude utilitária com o meio ambiente, cujo valor da sociabilidade do trabalho diluiu-se no valor da sociabilidade do capital e em seu fazer alienante. O aparecimento e a supremacia do capital sobre o trabalho afetaram e mudaram radicalmente o metabolismo social, impondo dinâmicas intensas e utilitárias, tanto ao corpo orgânico, quanto ao corpo inorgânico, forjando desumanidades nos dois.

[...] então a “racionalidade” do capitalismo passou a predominar, suprimindo a convivência dos elos inerentes do homem com a natureza. Não é de surpreender, portanto, que a natureza enquadrada nesse quadro revisto seja degradada, desumanizada (Mészáros, 1981: 175).

A relação com o meio ambiente, na racionalidade utilitária do capitalismo, é antagônica à realização da naturalização do humano e da humanização da natureza, já que a depredação ambiental reflete o instante em que o ser humano desconhece-se na efetivação sensível da sua própria natureza, gerando alienações da fruição humana frente ao meio ambiente e em relação a si e ao gênero humano. De qualquer forma, “ainda que em figura estranhada, é a natureza *antropológica* verdadeira” (Marx, 2004: 112, grifo do autor) que aí aparece, na qualidade de sua manifestação sensível no seu sociometabolismo, que se concretiza no momento em que põe em ação as forças vitais da natureza humana, objetivando-as, seja em situações favoráveis ou não à sua realização.

A natureza antropológica é a própria manifestação da vida capaz de revelar existências societárias, em suas formas de sociabilidades, conteúdos históricos e culturais. De maneira geral, a natureza antropológica revela-se nos corpos inorgânicos e orgânicos, no constante processo histórico do fazer da sociedade sobre si e sobre o meio ambiente, de dotá-lo de significados culturais, políticos, econômicos e sociais.

Como um ser social produtivo, ele transforma o mundo à sua volta de uma maneira *específica*, deixando nele a *sua* marca; a natureza se torna, assim, a “natureza antropológica” nessa relação entre homem e natureza; tudo passa a ser, pelo menos potencialmente, parte das relações humanas (a natureza, nessas relações, surge sob uma grande variedade de formas, indo dos elementos materiais de utilidade a objetos de hipótese científica e de prazer estético) (Mészáros, *Idem*: 155).

A maneira específica e as marcas humanas (concretas e imateriais) na natureza são objetivações oriundas de momentos históricos, de formas de existência humana, ora traduzidas em mediações importantes como os valores religiosos, mágicos, culturais e políticos, ora pelas dinâmicas sócio-econômicas, sem deixarem de ter no trabalho aspectos relevantes, fundamentalmente em várias populações tradicionais (pescadores, camponeses, quilombolas).

As marcas societárias revelam também a natureza antropológica alienada de muitos sujeitos sociais. A saber, em decorrência da intensificação do domínio do capital, houve uma oposição entre homem e a natureza ao apartá-lo cada vez mais de suas potencialidades humanas, de sua existência sensível humanizada, do seu trabalho feito de maneira plena e, com isso, da sua própria natureza inorgânica. Assim sendo, o processo de alheamento do corpo orgânico (humano) para o inorgânico aparece como resultado, em grande medida, da condição de subalternidade socioeconômica e das formas de expropriação, fundamentalmente forjada no decorrer da história, do apogeu da mercantilização da vida humana e da sua relação mediadora com o corpo inorgânico.

O meio ambiente emerge ao trabalhador assalariado ou não, em várias situações, como ser extrínseco a ele, onde o mesmo não realiza

sua subjetividade e não se reconhece como parte da natureza; negação que atinge, embora guarde particularidades, também aos donos dos meios de produção. Ambas as classes também passam a desconhecer à natureza. Seus sentidos estão educados para vidas fragmentadas e parciais. Assim, até mesmo o burguês torna-se vítima das contradições do modo de produção burguês, embora em grau distinto qualitativa e quantitativamente.

A moderna sociedade burguesa, com suas relações de produção, troca e propriedade, sociedade que deu surgimento a gigantescos meios de produção e troca, assemelha-se ao feiticeiro que perdeu o controle dos poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas (Marx; Engels, 2006: 39).

Gilberto Freyre, apesar de não identificar esse processo como alienação e tampouco ser um marxista, construiu um exemplo importante na quebra dessa conexão humanizada (corpo orgânico e inorgânico) ao descrever o processo de expansão dos canaviais sobre a ecologia e os homens da zona mata.

A monocultura da cana no Nordeste acabou separando o homem da própria água dos rios; separando-os dos próprios animais – “bichos do mato” desprezíveis ou então considerados no seu aspecto único de inimigos da cana, que era preciso conservar à distância dos engenhos (como os próprios bois que não fosse os de carro). E não falemos aqui da distância social imensa que a monocultura aprofundou, como nenhuma outra força, entre dois grupos de homens – os que trabalham no fabrico do açúcar e os que vivem mal ou voltuosamente dele (Freyre, 2004: 81).

O alheamento e a desumanização da natureza antropológica geraram sistemáticas depredações dos rios, que se voltaram sobre o ser humano. Assim, os rios pernambucanos (Goiana, Una, Beberibe, Capibaribe, Jaboatão e Ipojuca) foram vitimados pela forma de produção econômica unilateral e, por isso, hostil do açúcar, que se fez, a qualquer preço, sobre o metabolismo do seu próprio corpo inorgânico, desrespeitando-o

ao alienar-se dele. Freyre chegou a revelar esse impacto sobre populações ribeirinhas:

Esses rios secaram na paisagem social do Nordeste da cana-de-açúcar. Em lugar deles correm uns rios sujos, sem dignidade nenhuma, dos quais os donos das usinas fazem o que querem. E esses rios assim prostituídos quando um dia se revoltam é a esmo e à toa, engolindo os mucambos dos pobres que ainda moram pelas suas margens e ainda tomam banho nas suas águas amarelentas ou pardas como se o mundo inteiro mijasse ou defecasse nelas (Idem: 71).

O trecho acima de Freyre lembra uma passagem escrita por Friedrich Engels - em 1845 - sobre as condições degradantes dos bairros operários e do sociometabolismo desumanizado refletido também no uso de um rio na região de Manchester.

Embaixo corre, ou melhor, estagna o Irk, estreito curso d'água, negro, nauseabundo, cheio de imundície e detritos que lança sobre a margem direita, mais baixa; aí, no período da seca, alinha-se uma série de charcos lamacentos, esverdeados e fétidos, do fundo dos quais sobem bolhas de gás mefítico, cujo cheiro, sentido mesmo do alto da ponte, quarenta ou cinqüenta pés acima da água, é insuportável; ademais, o próprio rio tem seu curso detido a cada passo por barragens, junto às quais se depositam e apodrecem lama e detritos. Acima da ponte, vêem-se grandes curtumes e, mais acima ainda, tinturarias, moinhos para pulverizar ossos e usinas de gás cujas águas servidas e dejetos vão todos parar no Irk (que também recebe os esgotos) - é fácil imaginar, pois, a natureza dos resíduos que se acumulam no leito. Abaixo da ponte, avistam-se os montes de lixo, as imundícies, a sujeira e degradação dos pátios situados na escarpa margem esquerda (Engels, 2008: 92-93).

Mesmo que Freyre não mencionasse a relação do ser humano com a natureza enquanto processo sociometabólico alienado, torna-se evidente que, em sua compreensão, o mundo estruturado pela produção açucareira, na sua expansão efetivada através das usinas, empobreceu

percepções, olhares, metabolismos, sensibilidades humanas diante do seu corpo inorgânico, com o empobrecimento do solo, dos rios, da fauna e do conhecimento humano acerca da ecologia local.

É possível relacionar, por um lado, o monocultivo canavieiro com o empobrecimento dos sentidos humanos e a deformação da vida, e, por outro, conectar a maior biodiversidade ambiental com a maior “biodiversidade” de sentidos humanos mais educados e capazes de dialogar e compreender o corpo inorgânico. Nesse caso, a produção econômica e a dinâmica ecológica estão profundamente relacionadas com o fazer de uma educação sensitiva, existencial, de homens e mulheres.

Assim, saber e sentidos especializados caminham articulados, em boa medida, para edificação de impactos ambientais. Diegues (2004) oferta-nos um exemplo disso:

Cada vez mais, as chamadas pescas tradicionais artesanais foram incorporadas ao mercado e uma das conseqüências desse processo foi uma maior especialização numa só atividade e o abandono de outras. O efeito combinado da expansão da pesca industrial e as transformações na pesca artesanal têm levado freqüentemente à sobrepesca (Idem: 37).

Essa questão vai reverberar na conformação sensitiva, pois tipos de técnicas e de empregos tecnológicos gestão e são gestadores de educações corporais distintas.

A existência sensível, portanto, vincula-se, em grande medida, à organização material da existência dos indivíduos em seu processo de desenvolvimento e criação (no metabolismo humano com a natureza), que reproduz e desenvolve também os sentidos humanos, como pressupostos dessa organização. Assim, a produção objetiva da vida humana tornou-se:

[...] tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, como são seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, etc., no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução (Marx, 1991: 78).

O desvirtuamento da relação verdadeiramente humanizada em relação ao meio ambiente forjou unilateralizações da vida do ser social, com o desconhecimento das potencialidades dos seus corpos orgânico e inorgânico, por exemplo. A anti-naturalização do humano torna-se igual à desumanização da natureza inorgânica. A exploração capitalista é, sobretudo, uma exploração corporal orgânica e inorgânica.

Os limites da relação sociometabólica, no que concerne ao vínculo ineliminável do corpo orgânico com o corpo inorgânico, expressam os processos alienantes vividos sob a hegemonia do modo de vida capitalista, da sua lógica de reprodução, da valorização das suas relações mercantis e das formas de exploração humana e ambiental nelas (e por elas) engendradas.

Dessa maneira, o embrutecimento do ser social e o empobrecimento dos sentidos humanos aliam-se e se desnudam nos impactos negativos sobre a natureza e sobre a vida humana no planeta, revelando as características sociometabólicas de nossa sociedade, de nosso tempo histórico e do modo de estruturação do capitalismo.

4. CONCLUSÃO

Para Marx e Engels, a existência do ser social liga-se ao seu ineliminável metabolismo com a natureza e suas formas, no capitalismo, de alienação. A partir daí descortinam-se distinções ontológicas, transformações históricas, o desenvolvimento das formas de produção e de reprodução social, bem como as mediações societárias experienciadas e construídas por homens e mulheres através de suas maneiras de ver, sentir, representar, agir e experimentar o mundo e as naturezas orgânica e inorgânica.

Nesse sentido, as categorias *alienação*, *metabolismo*, *corpo orgânico* e *corpo inorgânico* ganham sentido, articulam-se e se alimentam diacrônica e sincronicamente, desnudando *a natureza da natureza em Marx* e a importância do tema da *alienação*.

Ademais, é notável perceber como Marx não desloca a história humana da história da natureza e a história da natureza da história humana em sua processualidade. Deslocar seria apagar, por um lado, do corpo

inorgânico as bases para melhor desvelar muito de suas conformações, conteúdos e ritmos, e, do outro, negaria ao ser social sua riqueza material e espiritual, a sua própria natureza e marcas antropológicas, seu fazer histórico e, assim, humano. Por isso, quando Marx e Engels afirmaram a existência de uma única ciência, a da história, isso não ecoa sem sentido, mas com qualidades insofismáveis, inclusive interdisciplinares.

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente (Marx; Engels, 2007: 87-88)⁷.

Nos dias de hoje, separar natureza e sociedade, ao dicotomizá-las agudamente, especialmente no atual quadro de crise planetária ambiental, é reduzir o pensamento social à mera especulação, uma simples e vulgar transcendência negadora da matéria. Ver e compreender natureza e a sociedade como vínculos sólidos e insuprimíveis – particularmente para o ser social e resguardando sua ontologia e segunda natureza – mostra, por si só, a força de muitas das elaborações de Marx e Engels.

Olhar o tema *natureza e sociedade* a partir das influências de Marx é resgatar algo clássico e fundante para os marcos das humanidades, das ciências sociais. Voltar a Marx não significa estar ausente do nosso tempo presente e da necessidade de melhor compreendê-lo cientificamente, mas é trazer consigo o atributo de revigorar nossa análise para que possamos ser mais inventivos, profundos, críticos e por que não atuais.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

ARANA, Luis Vinatea. **Aqüicultura e desenvolvimento sustentável:**

⁷ O presente trecho é uma nota de rodapé.

subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquíicultura brasileira. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução: alguns fios condutores. In: *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n° 16, p. 39-75, 2003.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho.** 5ª ed., São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades.** São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O problema da habitação.** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política – investigações para uma reconstituição do sentido da dialética.** Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. In: *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n° 11, p. 105-117, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 22ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** 7ª edição. São Paulo: Editora Global, 2004.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

HEGEL, Georg W. F. **Curso de estética: o belo na arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características sócio-econômicas. In: BARROS, Henrique Monteiro; *et al.* *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. p. 181-225.

LONDON, Jack. **O lobo do mar**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. In: **Revista Margem Esquerda**, nº 3, São Paulo, Boitempo, 2004. p. 90-102.

_____. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, Georg. A ontologia em Marx: questões metodológicas preliminares. In: NETTO, José Paulo (Org.) **Lukács**. 2ª. edição. São Paulo: Ática, p. 87-106, 1992. (Coleção grandes cientistas sociais).

_____. **Ontologia Dell'Essere sociale II, vol. 1 e 2**. Roma: Riuniti, 1981.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, nº 4, p. 1-18, 1978.

_____. Conversando com Lukács. In: KOFLER, Leo et al (Org.). **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 3, Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **O capital**. Vol. 1, T. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital**. Livro 1, Vol. 2. 8ª edição. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O capital**. Livro I, Vol. 1. 8ª edição. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Manifesto Comunista. In: BOYLE, David. **O manifesto comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.33-70,2006.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosic Naif, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. Conhecimento patrimonial e sua experiência sensível na pesca artesanal. In: VERA; Clara Elisa Miranda; et al (Org). **Gestión del conocimiento tradicional: experiencias desde La Red GESTCON**. Colômbia: Gente Nueva Editorial, 2008.

RANIERI, Jesus. **A Câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

VALENCIO, Norma. **Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência**. São Carlos: Rima, 2007.